

Ata	da	21 ^a	Re	união	Ordir	ıária	da	Câmara
Mun	icip	al	de	Cach	oeiro	de	Ita	pemirim,
refe	rente	e ao	1º P	eríodo	da 3ª	Sessã	io Le	egislativa
da 7	^a Le	gisla	atura	ı, reali	zada r	10 dia	30	de junho
de 20	015.							

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti, realizou-se a Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do Expediente da Mesa, que se constou do seguinte: Indicações: 1210 e 1211/2015 - Osmar da Silva; 1212, 1243, 1244, 1245 e 1246/2015 - Alexandre Valdo Maitan; 1213/2015 - Ely Escarpini; 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226 e 1227/2015 - Luis Guimarães de Oliveira; 1228 e 1229/2015 - Jonas Nogueira Dias Júnior; 1230, 1231 e 1232/2015 - Alexandre Andreza Macedo; 1233, 1234, 1235 e 1236/2015 - Rodrigo Pereira Costa; 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1256, 1257 e 1258/2015 - José Carlos Amaral; 1247, 1248, 1249, 1250, 1251 e 1252/2015 - Delandi Pereira Macedo; 1253, 1254 e 1255/2015 – Lucas Moulais. **Requerimentos:** 1035 e 1044/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 1036 e 1037/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1038, 1039, 1040, 1041, 1042 e 1043/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1045/2015 – José Carlos Amaral. **Ofícios:** 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180 e 2186/2015 -PMCI - Umberto Batista da Silva Júnior - Coordenador Executivo de Relações Políticas. Convite: 4º Desfile de Moda das Reeducandas, no dia 03/07/2015, a partir das 14:00 horas, no Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim - Fazenda Monte Líbano. Projeto de Decreto Legislativo: 258/2015 - Júlio César Ferrare Cecotti. / José Carlos Amaral, levantando questão de ordem: — Pede que seja observado um minuto de silêncio devido ao falecimento da Sra. Marlene, esposa do ex-vereador Juarez Tavares Mata. / Carlos Renato Lino (Presidente em exercício): — Acata o pedido. / Na sequência, passamos ao Pequeno Expediente, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / Luis Guimarães de Oliveira: — Inicia, dizendo que fez indicações para operação tapa buraco em todo o Bairro Aeroporto e também em Córrego dos Monos e reclama que a prefeitura parece ter abandonado aquela região. Diz ficar triste de ouvir a reclamação das pessoas quanto aos buracos e não poder resolver o problema, pois o que cabe aos vereadores é fazer indicações ao Poder Executivo. / José Carlos Amaral: — Registra que a obra na Rua José Calegário custou 1 milhão e 400 mil reais, sendo que avisou ao secretário de Obras, ao qual classifica de incompetente, sobre a situação daquela via. Lembra que na obra de drenagem feita no trevo do Bairro Aeroporto a água só passa depois que 80% das manilhas estão cheias. Reclama que a obra da creche do Conjunto Ruy Pinto Bandeira não respeitou o PDM e que na calçada há um bueiro, onde duas

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



pessoas já caíram, o que atribui à falta de responsabilidade do secretário de Obras. Explica que ligou para o Romário para dizer que, se ocorrerem mais acidentes na Rua Fioravante Cipriano, responsabilizará o secretário e a prefeitura, porque a via está cheia de lama. Cita que foram mais de vinte acidentes, inclusive com capotagem. Comunica que vai espalhar placas com os dizeres: "Procura-se o prefeito e o secretário de Obras para consertarem as obras feitas no Bairro Aeroporto". / Em seguida, teve início o Grande Expediente, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / Luis Guimarães de Oliveira: — Inicia dizendo que fez um pedido de informação para saber o horário de funcionamento do posto de saúde de Itaoca, os médicos que atuam lá e o horário de atendimento dos mesmos naquela unidade, porque há denúncia de que esses profissionais não estão indo trabalhar. Lamenta a ineficiência da pessoa que trabalha na Secretaria de Saúde ao dar uma resposta ao pedido de informação, visto que a mesma não lhe satisfez e ainda incriminou o prefeito, já que foi dito que o posto funciona duas vezes por semana, das 7:00 às 16:00 horas. Registra que fez o pedido de informação devido aos médicos não irem trabalhar e o posto de saúde não funcionar vinte e quatro horas como deveria. Questiona se o seu pedido de informação não passa pelas mãos do secretário de Saúde para que tenha ciência dessa situação. Reforça que o povo de Itaoca, Conduru e Coutinho depende daquele hospital funcionando vinte e quatro horas, pois há grandes empresas nos citados distritos, nas quais ocorrem acidentes todos os dias. Salienta que não concorda que vereador seja secretário e, por isso, rejeitou o convite que lhe foi dirigido para assumir uma secretaria. Enfatiza que os eleitos a vereador preferem ser secretários, porque o valor do salário é maior; o vereador recebe 4 mil e 900 reais; o secretário, 7 mil reais. Registra que não tem nenhuma dificuldade em ser vereador, exercendo o seu papel de fiscalizar e cobrar em cima daquilo que tem direito. / Aparteando Wilson Dillem dos Santos: — Informa ter lido a resposta dada ao pedido de informação do Vereador Luisinho, considerando que a mesma não atendeu ao questionamento. Comenta que tem grande preocupação com o PA de Itaoca e sugere que a equipe da Secretaria de Saúde visite aquela unidade e ouça os funcionários do posto e também a população do distrito, que reclama da falta de um bom atendimento e de médicos. Salienta que, segundo os servidores, os médicos trabalham a carga horária estipulada pela Secretaria de Saúde, mas que não é isso o que diz o povo. / Aparteando Delandi Pereira Macedo: — Ressalta que o povo do Distrito de Itaoca é sofredor devido aos problemas de saúde que enfrenta por conta da poluição. Lembra que o Bindaco, da Secretaria de Saúde, o procurou para falar sobre um recurso, no valor de 250 mil reais, oriundo de emenda parlamentar, para equipar o pronto-atendimento de Itaoca, dinheiro esse que está no fundo, mas não é depositado na conta da prefeitura. Justifica que isso está ocorrendo em virtude de um enrolo da parte do Governo Federal. Segue, sugerindo que o Município de Cachoeiro de Itapemirim faça como o de Atílio Vivácqua e instale também o ponto biométrico para os médicos, já que alguns cumprem o horário de atendimento para o qual foram contratados. / Luis Guimarães de Oliveira: — Ressalta que cumpre o seu dever nesta Casa, tendo o cuidado de averiguar todas as reclamações que recebe. Prossegue, dizendo que o posto de saúde de Monte Verde não tem aparelho de aferir pressão e precisa de uma reforma urgente. Critica o secretário de Saúde, destacando que o mesmo gosta de fazer reunião e se esquece de agir, talvez, com medo de errar e ser pego pelo Ministério Público. Lembra que o Fassarella

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



sempre foi um dos vereadores mais ativos dentro da Câmara, mas que, como secretário, fica atrás de mesa. Alerta que há pessoas marcando exames e consultas que não deveriam estar fazendo isso. No que se refere ao posto de saúde de Córrego dos Monos, diz que faz questão de vigiar o atendimento naquela unidade, a qual funciona bem, inclusive ninguém reclama, exceto quanto à ambulância, adquirida através de uma emenda do Deputado Theodorico Ferraço, que o Secretário Fassarella retirou de lá. Frisa que o posto de saúde do Bairro Aeroporto está abandonado e não funciona e pede aos membros da Comissão de Saúde que visitem o local e vejam essa situação. / Aparteando Delandi Pereira Macedo: — Coloca-se à disposição para ir até o posto de saúde do Bairro Aeroporto assim que o Vereador Luisinho marcar a visita. / Luis Guimarães de Oliveira: — Diz que já está marcada. / Aparteando Rodrigo Pereira Costa: — Registra que também está pronto para fazer a visita. / Luis Guimarães de Oliveira: — Acrescenta que seria bom se o Secretário Fassarella acompanhasse os vereadores na visita ao posto de saúde do Bairro Aeroporto. / Aparteando José Carlos Amaral: — Sugere que os vereadores verifiquem uma rua próxima ao posto de saúde, onde a prefeitura permitiu que o dono de uma firma fizesse uma cozinha, fechando a via. / Luis Guimarães de Oliveira: — Encerra, reforçando a importância de o secretário de Saúde acompanhar os Vereadores Rodrigo e Delandi nessa visita ao posto de saúde do Bairro Aeroporto. / José Carlos Amaral: — Começa, lembrando que não faz mais parte da Comissão de Saúde, porque não havia dado nenhum parecer a projeto este ano, considerando o seu direito cerceado pela Câmara. Pede ao Vereador Delandi que averigue onde estão sendo lavadas as toalhas e demais materiais usados nos postos médicos de Cachoeiro. Esclarece que fez esse pedido, porque esteve em um posto médico e viu vários lençóis dentro de um tanque, que estavam sendo lavados pela servente, porque a máquina de lavar havia quebrado. Solicita que apresentem o nome da lavanderia onde está sendo feito esse trabalho, alertando que, do contrário, denunciará essa situação à Justiça. Informa que está dando entrada em uma ação contra todas as obras paradas em Cachoeiro. Comenta ter reclamado com o Umberto que há dois anos pede o desentupimento do bueiro em frente ao Mourads, o que ainda não foi feito. Manifesta o seu desejo de fechar o seu mandato com dignidade, já que não será candidato a vereador na próxima eleição, inclusive informa que ele e o Vereador Luisinho estão aguardando a janela para mudarem de partido. Aparteando Brás Zagotto: — Abre as portas do Partido Solidariedade para receber os Vereadores Amaral e Luisinho. / José Carlos Amaral: — Enfatiza que partido que presta continência para o Governo Federal não serve para ele, que precisa de uma sigla neutra. / Aparteando David Alberto Lóss: — Indaga-lhe como ficará se o povo quiser a sua candidatura. / José Carlos Amaral: — Confirma que não será candidato, mas adianta já ter um exército de nomes a lançar, a exemplo do Galo, do Edson, do Toninho e da Dona Lia. Assegura que fará um vereador ou uma vereadora em Cachoeiro para ocupar o seu lugar. / Aparteando Lucas Moulais: — Diz que o Galo é uma ótima pessoa. / José Carlos Amaral: — Encerra, dizendo que fica feliz por saber disso. / Delandi Pereira Macedo: — Inicia, alertando os vereadores quanto à necessidade de acompanharem o setor de saúde de perto, com o objetivo de darem uma resposta à população. Agradece ao líder do prefeito pela limpeza feita na Rua Dona Bibiana, no Bairro Santa Helena, onde estava sendo formado um lixão. Segue, agradecendo também pelo início de uma obra na Rua Hugo Cocco. / Aparteando Brás Zagotto: —

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



Esclarece que a obra foi iniciada agora, porque está sendo utilizada mão de obra da prefeitura e que, dentro de duas semanas, estará pronta. / **Delandi Pereira Macedo:** — Cobra da Secretaria de Meio Ambiente providências, no sentido de notificar e solicitar ao proprietário do terreno na Rua Dona Bibiana que cerque o mesmo, evitando que mais lixo seja jogado lá, onde estava sendo cometido um crime ambiental. Diz que, a pedido do povo, solicitou ao setor de iluminação pública a melhoria da iluminação no ponto de ônibus em frente ao Supermercado Perim, local onde assaltos têm sido cometidos com facilidade. Comenta que fez um pedido para que a prefeitura melhore a situação da Rua Emerson Bernardino, no Bairro Monte Belo, onde a população está revoltada. Ressalta que fez um pedido de informação à Secretaria de Limpeza Urbana a respeito da programação da coleta de lixo na localidade de Timbó, visto que a população reclama que esse serviço não está sendo prestado. Segue, dizendo que esteve em Soturno e recebeu de amigos o pedido de uma operação tapa buraco na estrada que liga Salgadinho a Soturno, solicitação essa que já havia sido feita também pelo Vereador Lucas. Informa que o Secretário de Obras, o Braz, prometeu que, logo que o asfalto comprado pela prefeitura chegasse, faria a operação tapa buraco na região e também o quebra-molas de Gironda. / Aparteando Lucas Moulais: — Comenta que fica satisfeito quando seus companheiros se preocupam com o seu distrito e bairros vizinhos, porque os vereadores são representantes do Município. Destaca que esteve com o Secretário Braz Barros, que lhe disse que o asfalto deverá ser liberado só daqui a sessenta dias. Frisa que no dia de São Pedro não pôde ir à missa em Soturno, de tanta cobrança que o povo estava fazendo quanto ao quebramolas de Gironda. Informa que o rapaz de Burarama, o Gilvandro, será o secretário em exercício. / Delandi Pereira Macedo: — Diz respeitar a área dos companheiros e que, ao visitar as comunidades, seu objetivo é ajudar, até porque não tem reduto eleitoral, ou seja, é vereador do Município de Cachoeiro de Itapemirim e tem votos em todos os bairros da cidade; assim, considera que onde é chamado tem o dever de dar atenção. / Aparteando Lucas Moulais: — Concorda que os vereadores sejam representantes de todo o Município de Cachoeiro de Itapemirim. / Delandi Pereira Macedo: — Salienta que o Secretário Braz está trabalhando devagar, deixando o povo a esperar por coisas simples, como massa asfáltica para fazer uma operação tapa buracos. / Aparteando Lucas Moulais: — Registra que há outras formas de resolver o problema dos buracos. / Delandi Pereira Macedo: — Finaliza dizendo que está aguardando a resposta ao seu pedido de informação, feito há sessenta dias, sobre a licença dada para o aterro de uma nascente em Gironda. / Lucas Moulais: — Agradece aos secretários que estão atendendo as suas solicitações, como a Adriana, o Braz Barros, o Josias, o Archanjo e o Romário. Comenta que, com relação ao Secretário Neném Cadável, ainda há situações que precisam ser acertadas e que, inclusive, esta semana, tentaram colocar o Umberto Júnior e ele contra o citado secretário. Salienta que um amigo afirmou que os equipamentos da Secretaria de Interior vão para Soturno, por exemplo, para trabalhar seis dias, mas ficam lá apenas dois, sendo que os servidores são orientados a desaparecerem na hora do almoço e não podem ser culpados por essa situação. Enaltece a atuação do operador de máquinas Elias Sartório, o qual considera um dos melhores de Cachoeiro. / Aparteando José Carlos Amaral: — Destaca que a prefeitura precisa estar atenta à situação de servidor que está em desvio de função e promover concurso para colocar as pessoas nos seus devidos lugares. / Lucas



Moulais: — Pede que o líder do prefeito de fato esteja atento a esses desvios de função, fazendo referência ao caso do servidor Elias Sartório. / Aparteando José Carlos Amaral: — Afirma que não estava falando apenas desse servidor, pois há outros na mesma situação. / Lucas Moulais: — Salienta que o servidor Elias Sartório tem grande produção e ajuda os vereadores, principalmente os do interior. Esclarece que não está falando sobre a vida particular do secretário, e sim da profissional, e que está fazendo isso, porque levou algumas cacetas nas redes sociais por não dar retorno ao povo. / Aparteando José Carlos Amaral: -Justifica que falou sobre desvio de função, já alertando para uma situação que pode ocorrer, caso um desses servidores se acidente. / Lucas Moulais: — Lembra que no primeiro mandato do Prefeito Casteglione o clima estava terrível e foi difícil para o secretário de Interior. / Aparteando Luis Guimarães de Oliveira: — Esclarece que o secretário é o Neném Cadável, e não o Elias Sartório, que está em desvio de função, já que foi para a Secretaria de Interior para ser gerente, sendo incontestavelmente um ótimo operador de máquinas. Afirma que a prefeitura inicia trabalhos em várias localidades, mas não os termina. Conclui que o que faz um vereador ganhar a eleição é ele cobrar do prefeito aquilo que é de direito das comunidades. / Lucas Moulais: — Deixa claro que não disse que o Elias Sartório é secretário, e sim que ele é orientado pelo secretário a agir de determinada forma. Adianta que de nenhuma forma ocuparia a pasta de Interior. Prossegue, informando já ter procurado a secretária de Educação várias vezes sem ter sido atendido pela mesma, a qual sempre alega que está em reunião. Diante disso, avisa que em outra oportunidade usará a tribuna para criticá-la ou elogiá-la, dependendo da conversa que tiverem. Salienta que nunca pediu nada que fosse inconstitucional ao Secretário Fassarella. Agradece a realização do asfaltamento da estrada de Canto Feliz, em Soturno, já em fase final. Finaliza, dizendo que o prefeito não tem conhecimento dessas situações que comentou aqui e que tentará sanar os problemas sem a convocação nem fazer pedido de informação para não cometer uma injustiça. / David Alberto Lóss: — Deseja sucesso à Revista Você. Destaca que a Célia, jornalista desta Casa de Leis, recebeu duas homenagens nos festejos da cidade, uma na Praça Vermelha; outra, na sessão solene da Câmara. Salienta que a sessão solene em comemoração à Festa de Cachoeiro precisa ser repensada para que adquira o caráter de solenidade. / Aparteando Brás Zagotto: — Concorda com o Vereador David e diz ter ficado com pena do Cachoeirense Presente Nº 01, o Dr. Edmilson, porque ninguém ficou atento ao seu discurso, inclusive ele chamou a atenção das pessoas para que o ouvissem. / David Alberto Lóss: — Destaca que a Festa de Cachoeiro foi muito boa, mas também precisa ser repensada, voltando a ser como originalmente imaginou Newton Braga. / Aparteando José Carlos Amaral: — Registra que a Câmara precisa cadastrar todas as homenagens prestadas para que a mesma pessoa não seja homenageada duas, três vezes, evitando, por exemplo, que aqueles que nasceram aqui recebam o título de cidadania cachoeirense. / Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior: — Lembra que o setor de cerimonial desta Casa tem o cadastro das homenagens prestadas de certa data em diante. / David Alberto Lóss: — Informa que houve um encontro do século de cachoeirenses ausentes Nº 01, que contou com a participação de treze homenageados. Segue, registrando que na Casa há um projeto do Poder Executivo, determinando que, para ocupar o cargo auditor fiscal de meio ambiente e de saúde da prefeitura, a pessoa precisa ter curso superior na área de saúde. /

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



Aparteando José Carlos Amaral: — Ainda com relação aos festejos da cidade, diz que há deputados, como Ferraço e Camilo Cola, que já receberam todas as homenagens que são prestadas pela Câmara Municipal e continuam recebendo. / **David Alberto Lóss:** — Esclarece que, para receber o título de cidadão benemérito ou a medalha do mérito legislativo, o homenageado deve ter prestado um grande serviço ao Município, e repete que é preciso repensar as homenagens oferecidas pela Câmara Municipal. / Aparteando José Carlos Amaral: — Quanto ao projeto citado pelo Vereador David, alerta que há matérias a serem votadas aqui para as quais o prefeito precisa acordar, porque, em breve, será ano eleitoral. / David Alberto Lóss: — Solicita ao presidente que o projeto que trata do cargo de auditor fiscal seja incluído na pauta do dia, já que o mesmo possui pareceres das Comissões de Constituição e de Saúde. Informa que Cachoeiro recebeu de royalties do Estado do Espírito Santo, em cinco meses, 579 mil 532 reais e 97 centavos, valor pequeno, enquanto outros Municípios receberam fortunas. Diz ainda que Cachoeiro recebeu do BNDES 1 milhão de reais para obras e do Governo do Estado, 1 milhão 959 mil reais, assim distribuídos: 250 mil reais para a merenda escolar, 412 mil reais para salário da educação, 226 mil reais para transporte e 330 mil reais para reestruturação da educação básica. Esclarece que Cachoeiro enfrenta problemas financeiros e que a distribuição de recursos para os Municípios é muito perversa, sendo necessária uma reforma nesse sentido. Conclui que o dinheiro deve ficar no Município, que não tem recursos para fazer uma obra grande. Assegura que há muito dinheiro em Brasília e que inclusive foi anunciado que o Governo Federal arrecadou trilhões de reais, enquanto os Municípios continuam sem verba. Lembra que Cachoeiro tem muitas escolas e que é possível manter o mesmo nível de ensino diminuindo o número delas, que precisam ser maiores e terem mais qualidade. / Aparteando José Carlos Amaral: — Diz que é preciso trazer indústrias para Cachoeiro, mas antes é necessário lutar para preservar as que pretendem ir embora daqui, por exemplo, para Atílio Vivácqua, onde há mais de cem empresas. / David Alberto Lóss: — Afirma que a indústria é importante, mas ela recolhe IPI, imposto federal que, quando retorna de Brasília, é uma ninharia. / Aparteando José Carlos Amaral: — Lembra que as indústrias geram empregos, o que é importante para a população. / David Alberto Lóss: — Registra que os impostos que ficam no Município são o ISS e IPTU, e o ICMS e ITB são do Estado, retornando para a cidade apenas um percentual do que foi arrecadado aqui. Recorda que foi secretário de Planejamento de Cachoeiro durante um ano e que trabalhou para elevar a cota de participação do Município, que era de 3,2%, na época. Explica que o Estado fica com a maior parte do que é arrecadado pelos Municípios e que o restante é dividido para as cidades, de acordo com o que cada uma delas recolheu. Insiste que o Município precisa ter autonomia e que o federalismo no país é capenga. Esclarece que o federalismo americano funciona bem, inclusive lá até o Poder Judiciário é local. / Aparteando José Carlos Amaral: — Informa que, hoje, o Congresso Nacional vai discutir a maioridade penal e que existem menores presos que já mataram cinco, seis pessoas, e ainda há quem os defenda. / David Alberto Lóss: — Encerra, destacando que a Guarda Municipal foi instalada na Ilha da Luz e diz esperar que o funcionamento da corporação seja proporcional à estrutura que lhe foi disponibilizada. / Brás Zagotto: — Inicia, agradecendo aos colegas edis e também ao Deputado Rodrigo Coelho por terem estado presentes no velório da Sra. Marlene, esposa do ex-vereador Juarez Tavares Mata.

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



Pede aos vereadores que apoiem o Juarez, já que o casal conviveu por quase sessenta anos. Comenta que não tem observado a prestação de contas do estacionamento rotativo e que, por isso, fez um pedido de informação para que o Hospital Infantil faça isso. Diz que o rotativo tem quarenta e quatro funcionários e que o salário deles é retirado do valor arrecadado com o estacionamento que, segundo informações, chega a 90 mil reais/mês. / Aparteando Wilson Dillem dos Santos: — Destaca que o tema do seu discurso de hoje seria exatamente sobre o estacionamento rotativo, não só na questão financeira, mas também na qualificação das pessoas que estão trabalhando. Frisa que, embora haja uma rotatividade muito grande desses funcionários, é preciso qualificá-los para atender bem às pessoas na rua. Diz que é função do vereador cobrar mesmo o que está sendo feito com esse dinheiro, com essa boa arrecadação, já que o rotativo se expandiu na cidade. Ressalta que deve ser estudada a questão do estacionamento rotativo para motos, o que se justifica, segundo ele, por conta do aumento desse tipo de veículo na cidade e pode representar um crescimento da receita, diante da proposta dessa arrecadação ser usada na melhoria da saúde, especificamente no atendimento do Hospital Infantil. / Brás Zagotto: — Agradece ao Vereador Wilson e acrescenta que, nesse ponto das motos, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, quando a cúpula da Santa Casa esteve na Câmara, foi dito que mais de 70%, 80% dos atendimentos feitos naquele hospital, que demandam cirurgia, são devidos a acidentes com motociclistas. Assim, sugere a criação da cobrança de estacionamento rotativo para motos a ser administrado pela Santa Casa. Diz que o valor cobrado poderia ser a metade do referente aos carros para ajudar a Santa Casa, que é quem resolve a situação dos motociclistas acidentados. Ressalta que conversará com a direção da Santa Casa a esse respeito e já adianta que isso poderá representar uma boa arrecadação para aquele hospital. Segue lembrando que a Secretaria de Meio Ambiente tem incentivado a população a cuidar das nascentes e cita que perto de sua casa há uma delas, a qual existe há quarenta e cinco anos, conhecida como a biquinha do Bairro Vila Rica. Registra que o dia inteiro podem ser vistas pessoas enchendo galões de vinte litros de água a cada quatro minutos, o que por dia dá sete mil e duzentos litros. Informa que foram providenciadas duas análises da qualidade da água, sendo uma feita pela cooperativa de laticínios e outra pela Odebrecht para verificar se mesma é boa, já que muitas pessoas a utilizam. Manifesta sua preocupação quanto a isso, destacando que há muitas moradias naquele morro e que, como há fossas, mesmo com a rede de esgoto pronta, existe o risco de contaminação da água. Diz que a resposta foi a de que a água é 97,5% potável, praticamente melhor do que a oferecida pela Odebrecht. Salienta que as pessoas podem, então, pegar aquela água e usar nos filtros de suas casas, pois nem a vela fica suja. Pontua que tem cuidado muito bem daquela nascente e sugere aos colegas que também se envolvam em trabalho desse tipo, já que a Secretaria de Meio Ambiente está com um projeto, em parceria com o Estado, oferecendo as estacas para quem quiser ter esse cuidado. Diz que há três ou quatro nascentes que ele já decidiu ajudar na recuperação e assim também convida os colegas, caso queriam participar desse trabalho. Finaliza lembrando que há muitas nascentes nesses pastos sendo pisoteadas pelo gado e que, cercando-as, numa distância de dez por dez, o que dá cem metros quadrados, a água começa a nascer de novo. / Osmar da Silva: — Discorre sobre a redução da maioridade penal para dezesseis anos, destacando que pensam que vão alcançar um grande resultado com isso, mas se

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



esquecem que os bandidos já prepararam os jovens de treze, quatorze, quinze anos para continuarem matando do mesmo jeito. Relata que em seu pensamento quem matou aos dez anos de idade já sabe o que está fazendo e deveria ser preso, cumprindo pena como um de vinte, vinte e um anos. Comenta que tomou conhecimento por um amigo do Rio de Janeiro que, em uma das favelas, o responsável pela execução daqueles a quem o tráfico determina é um menino de treze anos. Assim, conclui que a redução da maioridade penal para dezesseis anos trará poucos resultados. Segue registrando que deu entrada em um projeto referente à área de saúde, pedindo aos companheiros que o analisem com muito carinho, visto que passa a exigir formação específica para os auditores que trabalham nesse setor, garantindo que os atuais permaneçam no serviço até a aposentadoria. Esclarece que tomou essa decisão, porque há três anos recebeu a visita de um fiscal em sua empresa que lhe pediu um documento, sendo que, para isso, deveria primeiro ter buscado o acompanhamento de outro da área de agricultura. Salienta que, dessa forma, o referido fiscal da Vigilância entrou em um órgão sem ter autorização para isso e ainda exigiu documentos que eram de competência do Ministério da Agricultura, tendo em vista que não havia alvará sanitário. Frisa que o rapaz chamou a polícia, estourou a empresa dele, fazendo-lhe ter um prejuízo de mais um 1 milhão de reais, tudo isso por conta de um profissional sem qualificação para o exercício de sua profissão. Informa que correu atrás de seus direitos até em Brasília, e foi expedida uma notificação de que ele estava correto, ou seja, a fiscalização daquela área cabia, de fato, ao Ministério da Agricultura. Ressalta que havia demonstrado ao fiscal conhecer todas as portarias do Ministério e que a parte do chá não era mais com o setor de saúde, e sim com a pasta de agricultura, sendo que o seu produto já estava registrado desde 2001. Conclui que, sem formação específica, nenhum fiscal saberá autuar um hospital, vez que não sabe sequer o que é uma bactéria, não estando preparado para trabalhar nesse meio complexo. Frisa que o fiscal, assim como o prefeito, deve olhar as empresas como se fossem dele, porque são elas que trazem dinheiro para o Município; portanto, em vez de multá-las, o fiscal deveria protegê-las, orientando os seus donos como geri-las. Encerra, adiantando que pretende levar o pensamento desse projeto também para outras áreas, destacando que a saúde precisa ser cuidada com carinho e dedicação, conduzindose as empresas e laboratórios de forma bem especial. / Passamos ao Horário das Lideranças. / Jonas Nogueira Dias Júnior (PV): — Refere-se à proposta já debatida pelo Vereador Osmar quanto aos auditores de saúde, destacando que vê o projeto como propositivo, mas que há duas ressalvas a serem feitas. Lembra que o projeto entrou na semana anterior, já com o pedido de regime de urgência, e que a votação ocorrerá hoje, cabendo-lhe reiterar que diferentemente do PME, cujo prazo era fatal, se essa matéria demorasse mais uma semana, quinze dias não traria maiores problemas. Frisa que esse é um ajuste que precisa ser feito entre o Poder Legislativo e o Executivo para que os vereadores possam ter mais tempo de formar uma opinião, uma convicção, o que não ocorre em uma discussão misturada com outros temas, com tempo curto e até sem a necessária pesquisa. Recorda que a lei fala dos auditores fiscais da defesa do direito do consumidor e que seria bom analisar se, necessariamente, eles precisariam ser advogados e que, no caso de um fiscal do Meio Ambiente, eles terão que ser engenheiros ou biólogos. Alerta que dessa forma está sendo aberto um precedente, mesmo com a explicação do Roberto Póvoa de que essa tem sido uma tendência em outros Municípios, a exemplo de Belo

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



Horizonte. Diz que, diante disso, seria interessante um tempo maior para o levantamento dessas informações, o que seria mais frutífero para o debate, com foco em vários ângulos e diferentes pontos de vista. Vê que esse ponto pode restringir muito a área de atuação, já que nesse caso, talvez, leve-se a um entendimento de que o fiscal do INSS tenha que ser um contador, um economista ou um advogado e que na esfera federal não é dessa forma, mesmo com a informação que lhe foi dada, apontando para essa tendência. Finaliza registrando que a sua intenção ao alertar para esse ponto é dar a sua contribuição como parlamentar, mesmo que suplente, para que haja esse diálogo com o Poder Executivo, objetivando que a Câmara tenha mais tempo para levantar informações e subsídios que tragam debates mais amplos e com melhores resultados. / Brás Zagotto (SDD): — Informa que esteve com os membros do Solidariedade reunidos, em Vitória, com o presidente do seu partido, o Paulinho, da Força Sindical, como o Deputado Federal Manato, a Deputada Estadual Raquel Lessa e mais quatrocentas, quinhentas pessoas. Frisa que isso demonstra que o Solidariedade está firme e diz que lhe foi dada autonomia total para cuidar dos interesses do partido em Cachoeiro, inclusive oferecer filiação a alguns deputados que estão mudando de sigla. Anuncia que será montada uma executiva, um diretório permanente do Solidariedade em Cachoeiro, onde será realizada a primeira convenção da sigla. Diz àqueles que estiverem interessados que o Solidariedade está portas abertas para receber as filiações, até porque as eleições estão chegando, e o último prazo para filiar novos componentes é outubro para aqueles que quiserem concorrer ao próximo pleito. Salienta que esse convite é dirigido principalmente para as mulheres, lembrando que elas são metade do eleitorado brasileiro e que mesmo assim esta Casa não tem sequer uma representante feminina. Segue convocando as mulheres cachoeirenses para participarem da política, frisando que essa classe está um pouco desacreditada, mas que há nesse meio pessoas atuando com carinho e responsabilidade no trato com o dinheiro público e com as coisas do Município, do Estado e do Brasil. Lembra que, segundo Paulo, da Força Sindical, a janela de transferência já estará aberta a partir de setembro. Assim, encerra, confirmando que não só as janelas, como também as portas do Solidariedade estão abertas para aqueles que quiserem se filiar, através de um diálogo bacana para fortalecer a sigla e lutar pelos interesses do povo com responsabilidade. / Delandi Pereira Macedo (PSC): — Inicia registrando que o seu partido, o PSC, travou e vem travando, através do líder na Câmara Federal, uma luta em prol dos agentes de saúde e de endemias pela regulamentação tão aguardada, inclusive, eles foram agraciados aqui, na semana anterior, com um reajuste salarial. Anuncia que, agora, já foi aprovado o valor de 1 mil e 14 reais de piso, o que deve chegar a 1 mil e 80 reais. Assim, solicita, diante da polêmica gerada por este Brasil afora e também em Cachoeiro, que já teve esta Câmara lotada por agentes de saúde e de endemias, reclamando o pagamento do piso salarial, que o Município se defina quanto a esse pagamento. Lembra que, pelas informações que têm sido repassadas, o Município vem recebendo o valor integral para pagamento dos agentes de saúde, mas faltava a parte dos de endemia, e isso era o que gerava o descontrole para o repasse a ambas as categorias, já agraciadas com a equiparação salarial. Indaga ao Vereador Rodrigo se não é isso. / Aparteando Rodrigo Pereira Costa: — Responde que sim. / Delandi Pereira Macedo: — Diz que já havia sido programada a vinda aqui do secretário de Saúde para falar sobre esse assunto e que, agora, com a regulamentação do tema, através de decreto do Governo Federal,

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



seria importante ele dar esses esclarecimentos, pois os agentes, com certeza, retornarão a esta Casa para fazer tal reivindicação. Dirigindo-se ao Vereador Jonas, lembra que esse colega tem ajudado muito nessa causa e que sabe da importância da solução desse problema, tendo em vista que o dinheiro dos agentes estava sendo depositado em uma conta, aguardando o desenrolar dessa regulamentação. Reitera seu desejo de ser informado de qual posicionamento o Município tomará quanto a essa questão para que a Câmara e o Poder Executivo falem a mesma língua, possibilitando a satisfação por parte dos agentes. Frisa que essa sua solicitação está sendo feita de maneira informal, com vistas a ter subsídios para dar uma resposta aos agentes. / Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior: — Lembra que o decreto citado foi publicado no dia 22/06/2015, sob o número de 8.474, e que o mesmo não veio da forma definitiva como era esperado. Informa que o parágrafo 2º do artigo 2º diz que compete ao Ministério da Saúde definir o quantitativo máximo de ACS e ACE por Estado, Distrito Federal e Municípios para fins de recebimento da assistência complementar da União. Salienta que ligou para o Secretário Fassarella hoje tentando entender essa questão e recebeu dele a informação de que está sendo aguardada a publicação de portarias por parte do Ministério da Saúde com os quantitativos e que, na minuta da portaria, em fase de elaboração, está prevista uma redução de cento e vinte e oito para sessenta e quatro agentes e as equipes de saúde que, hoje, tem até oito pessoas, passariam a ter quatro. Completa que só de posse dessa definição será possível proceder os ajustes para atender os agentes de saúde e de endemias. Agradece o empenho do companheiro e diz que, agora, diante da renúncia do Vereador Amaral quanto a seus cargos nas comissões, assumiu um posto na Comissão de Saúde e, ao lado de seus colegas, pretende lutar por essa situação que, desde fevereiro, está nessa expectativa, aguardando uma posição. / Aparteando Rodrigo Pereira Costa: — Registra que teve uma conversa com o prefeito quanto a esse assunto na última quinta-feira e recebeu dele basicamente a mesma informação que o companheiro Jonas acabou de mencionar. Diz que será marcada uma reunião com o Bindaco, que é o responsável por essa questão financeira na Secretaria de Saúde, de maneira a obter uma resposta a ser dada aos agentes de saúde e de endemias, que estão ansiosos com a efetivação do piso salarial da categoria em Cachoeiro. Frisa que o secretário de Saúde, quando esteve na Câmara, não demonstrou ter conhecimento dessa matéria e que só através do Bindaco será possível saber em que pé está essa situação hoje. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece aos companheiros que também têm se empenhado nesse sentido e acrescenta que a prefeitura precisa fazer algumas definições para que esses recursos cheguem e possam beneficiar os agentes. Encerra afirmando que deseja ter a resposta para poder fazer esse encaminhamento também. / José Carlos Amaral (DEM): — Registra que é a primeira vez que vê um projeto aprovado pela presidente da República ter o seu funcionamento impedido por uma portaria. Salienta que o último artigo do projeto diz que ele entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, o que está muito claro. Conclui que essa história de portaria do Ministério da Saúde é balela usada para protelar o pagamento, como foi visto na campanha política, onde muito se falou na bolsa de estudo para os alunos no Programa PRONATEC que, hoje, virou "pronatequinho" já que dele foram retirados 68 milhões de reais. Diz que está sendo procurado por vários alunos que tinham financiamento estudantil, o FIES, e o perderam, já que isso virou uma bagunça. Cita



que o Congresso Nacional agora está discutindo a idade dos coitadinhos dos bandidinhos, daqueles molegues que estão por aí estuprando, matando, esses mesmos que ontem mataram uma senhora de oitenta anos e ainda a estupraram. Prossegue destacando que o Governo Federal deveria dar atenção às crianças para evitar que elas venham a cometer atos como esses que certos jovens vêm cometendo. Lamenta que hoje, quando o pai vai corrigir o seu filho, escute dele: "Não me coloque a mão, pois vou denunciá-lo." Diz que seus netos disseram algo desse tipo e que ele suspendeu o pagamento do balé, da computação e até a grana para irem ao cinema, inclusive alertou e ameaçou a mãe que, se não agisse dessa forma com eles, deixaria de ser sua filha. Acrescenta que chegou a sugerir que a filha deixasse de pagar a passagem para que eles viessem do Bairro Aeroporto até o centro a pé para estudar e, assim, valorizassem os seus pais ou, talvez, procurassem o autor dessa lei para ver lhes daria o passe livre. Alega que não está deixando a neta entrar em sua casa e que agirá assim até que passe a respeitar a mãe. Ressalta que hoje o pai não pode espancar o filho, mas tem a obrigação de corrigi-lo e que, como na sua época era assim, não havia fábrica de bandido nem de assassino. Frisa que, se por um lado há necessidade de dar escola integral e todo o cuidado para uns, para outros deve ser dado xadrez e pena de até vinte anos, conforme é aplicada também a adultos que cometem crimes hediondos. Continua alertando ao presidente que precisa ser tomada uma providência sobre o que vem ocorrendo ao redor da Câmara, o que classifica como uma situação insustentável, parecendo um bordel, um local de prostituição e de uso de drogas. Sugere que façam, juntos, um ofício ao Coronel Marin e ao comandante da Guarda Municipal para que deem uma olhada nesse setor que também é patrimônio público. Pede que a polícia entre distribuindo porrada e diz que, se for preciso, ele vem junto e traz um cipó para dar fim a essa bagunça e desrespeito ao Poder Legislativo, que está sendo alvo até de pichação. Diz que, se for preciso, fará aqui, com matracas nas mãos e algumas gurumbumbas, o mesmo que fez na quadra do Bairro Aeroporto, que até lhe rendeu agradecimentos por parte de alguns pais. Ressalta que quem está contra a redução da maioridade penal, que será definida hoje na Câmara Federal, deve pegar esses bandidinhos e levá-los para casa, a exemplo do que deveriam fazer os padres, os pastores e os defensores dessa raça, apenas porque não foram as mães deles as estupradas, assaltadas e mortas. Conclui, dizendo que esses bandidinhos devem ser presos, entrar na borracha e sentar na boca do bojo. / Aparteando Elias de Souza: — Discorda em parte do pronunciamento do Vereador Amaral, frisando que o grande número de jovens que está na delinquência faz parte da porção miserável deste país que existe exatamente por conta dos consumidores de drogas, como cocaína e maconha, integrantes das classes média e alta. Frisa que, se está na hora de punir os jovens, punam também os consumidores de drogas, vez que não se justifica que um helicóptero com quatrocentos quilos de entorpecentes seja apreendido em nosso Estado e ninguém tenha sido preso por conta disso. Salienta que, enquanto isso, quem paga são as crianças e os jovens desta sociedade injusta que pune o pobre, o miserável e o negro e em nada atinge as classes média e alta. Conclui que tem muitas dúvidas sobre se essa redução da maioridade penal trará resultados para o Brasil. / José Carlos Amaral: — Frisa que a lavadeira tem autoridade com o seu filho, e quem está matando são os filhos das classes média e alta que já frequentaram até escolas particulares, como está sendo visto em São Paulo. / Aparteando Elias de Souza: — Argumenta que a bebida mata quem a



consome e que, quando o jovem leva a droga aos grandes condomínios e conglomerados, é ele que sofrerá a punição, e não os consumidores. Alerta que é contra isso e que se deve ter cautela. / José Carlos Amaral: — Contesta dizendo que, em vez de cautela, deve-se ir até o sertão para ver se os filhos do pequeno produtor, que estão morrendo na seca, estão roubando e estuprando. Diz ainda que é preciso prender a Dilma e que o Lula está escondido atrás do toco, com medo. Segue afirmando que o seu partido pode falar, porque não tem ninguém na "lista". Finaliza, ameaçando citar nome por nome dos que constam dela, inclusive com ramificação em Cachoeiro. / Passamos à Ordem do Dia. / Rodrigo Pereira Costa, levantando questão de ordem: — Pede que seja incluído na pauta do dia o Projeto de Lei 126/2015, de iniciativa do Poder Executivo, que trata do concurso para a Vigilância Sanitária do Município. / **Júlio César** Ferrare Cecotti (Presidente): — Acata o pedido. / José Carlos Amaral, levantando questão de ordem: — Classifica como bagunça esse negócio de denominação de via pública, destacando que foi procurado por um oficial de Justiça pretendendo penhorar um de seus veículos e que lhe mandou penhorar três, tendo em vista que o sujeito havia trocado o número 47 com o da casa do Scarpe, que é 22. / Elias de Souza: — Diz que, segundo comentário, o próprio Vereador Amaral teria trocado o número da casa. / **José Carlos Amaral:** — Responde que não precisa trocar número de casa e que há ainda outro problema para ele referente ao número 78, quando a rua só possui trinta residências. Conclui que vai entrar na Justiça e fará jus a uma indenização por calúnia e difamação, recursos esses que servirão para a sua aposentadoria, no fim da sua vida. Solicita que as matérias sejam apreciadas em bloco, visto que a maioria é nome de rua e que o único projeto diferente, que é o da Vigilância Sanitária, já há acordo entre os vereadores. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / A seguir, foram colocadas em discussão as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação: 1039, 1040, 1041, 1042 e 1043/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1135/2015 – Luis Guimarães de Oliveira (Requer que o Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias lhe encaminhe informações sobre o horário de funcionamento e quais são os responsáveis pelo local onde funciona o Centro de Cultura Mestre Salatiel); 1036/2015 - Alexandre Valdo Maitan (Solicita que o prefeito municipal esclareça se há alguma compensação por parte da Empresa Alexandre Cardoso Duarte no Processo 2439869, licença de operação número 156/2015, atividade 18.05, cuja obra está sendo realizada no Bairro São Geraldo, próxima ao campo; em caso de resposta positiva, pede que informem qual foi a compensação aplicada em tal procedimento); 1037/2015 - Alexandre Valdo Maitan (Solicita ao prefeito municipal que lhe seja informado qual andamento da Emenda Orçamentária 343, exercício de 2013, no valor de 30 mil reais, de autoria do Deputado Josias da Vitória, destinada à aquisição de veículo para a Unidade Básica de Saúde da Família do Distrito de São Vicente); Projetos: de Decreto Legislativo: concedendo Homenagem Especial: 258/2015 - Júlio César Ferrare Cecotti; de Lei: 126/2015 – Poder Executivo (Altera requisito de escolaridade definido no anexo I da Lei 6.095, de 07/04/2008, modificado pela Lei 6.202, de 24/12/2008); denominando vias públicas: 118/2015 - David Alberto Lóss e 128/2015 - Lucas Moulais. / Rodrigo Pereira Costa: — Faz menção ao projeto da Vigilância Sanitária, esclarecendo que esse setor faz parte da Lei 8.080, que rege o SUS, sistema esse que é feito por profissionais de saúde, a exemplo dos médicos, enfermeiros, dentistas e outras categorias mais. Classifica como sábia e pertinente a

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



iniciativa do Município de Cachoeiro de determinar que os profissionais que se inscreveren para os concursos públicos de fiscais da Vigilância Sanitária tenham nível superior e sejam da área de saúde, tendo em vista que são eles que entrarão em hospitais de alta complexidade, exemplo do setor de hiperbárica, de diagnóstico por imagem e outros. Acrescenta que não exemplo do setor de hiperbárica, de diagnóstico por imagem e outros. Acrescenta que não possível colocar leigos sem conhecimento e experiência para fiscalizar essa área con qualidade, pois é enorme a diferença entre os fiscais que são da área de saúde e os que não são Frisa que aqueles que são da área de saúde prestam uma fiscalização mais criteriosa e efetiva Posiciona-se a favor dessa proposta e diz também esperar que outros setores, como o do contabilistas e o dos advogados, lutem para que, nos próximos concursos, seja possível atua dessa forma. / Postas em votação as matérias, acima descritas, foram aprovadas, em bloco por unanimidade dos presentes. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas en qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas de qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas de qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas de qual nós
Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la.